



# Centro Nacional de Inteligência - Justiça Federal

## **Nota Técnica n. 06/2018**

Fortaleza, 17 de maio de 2018

Assunto: **Perícias Judiciais em Matéria Previdenciária**

Relator: **Juiz Federal Marco Bruno Miranda Clementino**

O Centro de Inteligência da Justiça Federal, criado pela Portaria CJF-POR-0369/2017, junto ao Conselho da Justiça Federal – CJF, vem apresentar Nota Técnica com sugestão de uniformização da prestação jurisdicional a respeito de controvérsia jurídica presente em inúmeras demandas na Justiça Federal.

### **RELATÓRIO**

1 Cuida-se de nota técnica referente ao Tema 06 do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal, cujo objetivo é promover estudos sobre a problemática do progressivo custo das periciais judiciais a cargo do orçamento da Justiça Federal (ação orçamentária AJPC), em particular em decorrência dos processos previdenciários que tramitam nos Juizados Especiais Federais.

### **JUSTIFICATIVA**

2 A afetação do tema se justifica pela grave ameaça à qualidade da prestação jurisdicional e mesmo à viabilidade orçamentária da Justiça Federal em função do acelerado aumento do valor pago, à conta de seu orçamento, por perícias judiciais, sobretudo as realizadas por médicos e assistentes sociais nos processos previdenciários.

3 O presente tema se enquadra no disposto no artigo 1º, *h*, da Portaria CJF nº 369/2017, legitimando a atuação do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal.



## Centro Nacional de Inteligência - Justiça Federal

### **FUNDAMENTAÇÃO**

#### **I. DADOS GERAIS DO AUMENTO DE DESPESA**

4 Convém iniciar a análise expondo o expressivo aumento da despesa da Justiça Federal referente à ação orçamentária Assistência Jurídica a Pessoas Carentes (AJPC) nos últimos anos.

5 Para subsidiar o presente estudo, foi solicitado por mensagem de correio eletrônico ao Centro de Estudos Judiciários (CEJ), em 22 de março de 2018, o levantamento dos seguintes dados:

“a) Valores absolutos gastos com perícias judiciais, globais e por Região (2010-2018);

b) Valores absolutos gastos com perícias judiciais, com a distribuição por especialidade do profissional (2010-2018);

c) Caso seja possível, percentual ou números absolutos de perícias com CPFs do segurado que se repetem (2010-2018);

d) Caso seja possível, percentual de perícias por assunto judicial (2010-2018);

e) Caso seja possível, percentual de processos judiciais em que realizadas mais de uma perícia (2010-2018);

f) Dos anos de 2016 e 2017, seria importante a informação dos valores pagos por mês, por SJ e TRF, só a peritos”.

6 Esses dados foram redirecionados pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) à Seção Judiciária de Santa Catarina (SJSC), responsável pela gestão do sistema AJG de administração dos pagamentos relativos a essa ação orçamentária, tendo sido apresentados os dados em 14 de maio de 2018. Em sua manifestação, a SJSC desde logo esclareceu que somente em 2012 o AGJ foi nacionalizado, pelo que somente foi possível a apresentação dos dados



## Centro Nacional de Inteligência - Justiça Federal

consolidados quanto à totalidade de cada exercício financeiro-orçamentário a partir de 2013.

7 Os resultados são estes, para toda a Justiça Federal:

Ano	Valor Total
2012	R\$ 4.409.313,81
2013	R\$ 77.122.912,51
2014	R\$ 117.833.625,44
2015	R\$ 138.654.915,53
2016	R\$ 144.949.723,24
2017	R\$ 170.418.280,45
2018	R\$ 88.654.148,12

8 Paralelamente, solicitou-se o auxílio da Subsecretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), que conseguiu apresentar os dados por seção judiciária desde 2010, conforme tabelas a seguir:

### a) TABELA NACIONAL POR SEÇÃO JUDICIÁRIA

UG Executora	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
090002 JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - AM	418.847,46	940.184,06	448.181,55	456.530,03	498.650,89	544.343,84	302.968,11	242.360,28	245.051,76
090003 JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - PA	1.833.074,12	4.855.871,13	2.925.168,95	3.114.011,02	3.273.763,94	4.025.613,32	2.289.015,37	1.219.429,49	1.063.339,25
090004 JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - MA	2.298.020,24	5.291.425,07	3.965.506,89	3.835.840,54	3.468.053,21	3.400.192,90	2.259.626,24	1.464.316,35	543.010,65
090005 JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - PI	2.322.684,61	3.854.886,83	3.043.755,88	2.523.741,85	887.784,63	1.636.975,23	1.007.079,10	749.432,14	323.392,34
090006 JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - CE	5.382.774,03	11.310.772,53	7.260.891,13	8.188.627,67	6.043.855,25	5.410.384,35	5.196.661,67	3.080.696,99	2.017.783,34
090007 JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - RN	2.859.031,43	6.295.438,12	3.928.558,64	4.369.738,72	3.364.889,77	2.336.001,63	2.182.593,47	1.325.709,24	671.803,86
090008 JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - PB	2.848.756,41	4.709.017,77	4.352.810,75	3.135.447,24	2.618.762,31	2.120.348,21	2.516.602,80	1.468.417,05	1.574.556,31
090009 JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - PE	3.418.268,77	6.956.166,70	4.674.638,15	5.167.957,03	4.106.756,82	3.587.884,09	4.229.686,18	2.900.165,53	3.476.015,05
090010 JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - AL	3.232.433,21	5.979.808,75	3.939.673,16	4.481.073,43	3.551.886,23	3.277.601,80	2.813.857,62	1.152.982,80	1.506.006,85
090011 JUSTICA FEDERAL DE	1.237.679,53	2.369.774,70	1.665.618,66	2.159.875,73	1.613.097,60	1.648.944,58	838.005,31	395.466,09	438.868,24



## Centro Nacional de Inteligência - Justiça Federal

	PRIMEIRO GRAU - SE										
090012	JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - BA	4.598.540,94	11.367.778,82	8.691.937,06	7.060.116,30	7.360.315,24	5.867.125,86	6.165.521,38	3.344.784,02	3.401.840,02	
090013	JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - MG	5.633.389,16	17.957.650,69	10.930.071,59	11.932.040,86	10.374.931,63	9.924.828,71	5.697.979,87	6.139.645,67	5.716.562,03	
090014	JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - ES	1.125.462,73	3.084.517,54	2.450.886,85	2.211.477,32	1.879.000,31	1.672.974,25	2.286.673,65	1.218.960,50	941.134,05	
090015	JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - MS	1.631.818,24	4.645.839,99	4.241.458,51	3.673.953,11	2.632.853,29	3.060.398,35	2.527.420,48	1.896.577,11	1.230.915,95	
090016	JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - RJ	3.919.099,16	10.170.891,36	8.407.921,59	6.617.979,13	6.283.192,41	6.156.465,50	8.554.864,15	6.296.954,75	4.476.849,90	
090017	JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SP	12.293.292,23	39.097.087,50	35.579.550,26	36.803.465,61	28.702.295,58	27.554.900,09	41.632.091,38	30.370.989,81	21.088.190,85	
090018	JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - PR	9.899.529,02	10.489.018,66	11.183.603,64	11.166.157,77	10.196.140,87	8.794.101,64	9.883.760,22	7.525.532,65	8.244.762,28	
090019	JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SC	8.088.579,00	10.429.763,66	11.616.455,55	11.079.388,26	11.076.147,83	9.795.663,42	8.461.433,68	6.412.991,30	5.794.255,78	
090020	JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - RS	17.300.211,96	20.238.209,72	23.261.834,67	21.292.323,79	19.227.363,37	15.853.951,75	14.297.438,85	11.303.150,56	10.338.019,50	
090021	JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - MT	1.618.726,47	4.515.589,31	2.391.341,31	2.778.165,27	2.333.275,88	2.201.071,75	1.663.943,95	1.610.393,46	809.454,77	
090022	JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - GO	3.673.127,78	9.816.455,48	7.422.745,64	4.735.649,81	4.253.561,66	6.039.134,21	3.006.263,69	1.878.487,89	1.343.612,68	
090023	JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - DF	1.094.168,71	2.911.030,17	2.373.712,85	1.907.814,98	1.943.683,68	973.908,11	928.927,86	570.039,46	822.697,60	
090024	JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - AC	440.434,67	1.028.194,62	795.153,66	276.787,54	601.437,75	684.349,67	314.631,46	366.551,15	372.118,35	
090025	JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - RO	1.380.573,68	3.687.866,36	3.428.379,50	2.073.499,32	1.496.676,09	791.863,10	180.936,86	277.351,95	234.897,41	
090027	SECRETARIA DO T.R.F. DA 1A. REGIAO				2.376,00			10.000,00		2.007,48	
090028	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIAO		1.044,00					66,68	2.431,57	1.490,65	
090029	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A. REGIAO		1.302,73	528,12	4.044,26						
090030	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A. REGIAO		445,00		1.115,65		3.543,37	2.382,40	8.442,70	7.883,46	
090031	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A. REGIAO		644,20		644,20		450,75	441,65		1.603,74	
090037	JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - AP	160.320,02	575.810,68	405.874,64	218.870,96	704,40	451.360,75	384.834,73	315.472,87	329.263,44	
090038	JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - TO	522.402,70	1.436.731,62	1.123.821,23	1.031.622,74	1.225.374,69	1.551.930,67	866.429,03	500.428,71	575.082,86	
090039	JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - RR	109.603,15	205.705,53	192.572,38	158.908,19	212.287,49	151.945,56	110.463,75	60.956,97	178.890,00	

### B) TABELA DA 5ª REGIÃO, POR SEÇÃO JUDICIÁRIA:

UG Executora	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
--------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------



## Centro Nacional de Inteligência - Justiça Federal

090006	JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - CE	5.382.774,03	11.310.772,53	7.260.891,13	8.188.627,67	6.043.855,25	5.410.384,35	5.196.661,67	3.080.696,99	2.017.783,34
090007	JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - RN	2.859.031,43	6.295.438,12	3.928.558,64	4.369.738,72	3.364.889,77	2.336.001,63	2.182.593,47	1.325.709,24	671.803,86
090008	JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - PB	2.848.756,41	4.709.017,77	4.352.810,75	3.135.447,24	2.618.762,31	2.120.348,21	2.516.602,80	1.468.417,05	1.574.556,31
090009	JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - PE	3.418.268,77	6.956.166,70	4.674.638,15	5.167.957,03	4.106.756,82	3.587.884,09	4.229.686,18	2.900.165,53	3.476.015,05
090010	JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - AL	3.232.433,21	5.979.808,75	3.939.673,16	4.481.073,43	3.551.886,23	3.277.601,80	2.813.857,62	1.152.982,80	1.506.006,85
090011	JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SE	1.237.679,53	2.369.774,70	1.665.618,66	2.159.875,73	1.613.097,60	1.648.944,58	838.005,31	395.466,09	438.868,24
090031	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A.REGIAO		644,20		644,20		450,75	441,65		1.603,74
	TOTAL	18.978.943,38	37.621.622,77	25.822.190,49	27.503.364,02	21.299.247,98	18.381.615,41	17.777.848,70	10.323.437,70	9.686.637,39

9 A análise dos dados demonstra que o montante gasto com perícias cresceu quase quatro vezes de 2010 a 2017 e que, em algumas seções judiciárias, essa proporção é ainda maior.

10 Impõem-se, dessa forma, a análise de algumas das causas e a exposição das severas consequências do impacto desse acréscimo no orçamento da Justiça Federal a partir de agora.

### **II) A EMENDA CONSTITUCIONAL N. 95 E O RISCO DE INVIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA DA JUSTIÇA FEDERAL**

11 O pagamento de perícias judiciais em decorrência da ação orçamentária AJPC é despesa obrigatória. Por isso, até o exercício de 2016 a Justiça Federal não vinha enfrentando dificuldades no que se refere a essa despesa, em que pese sua crescente elevação nos últimos anos, já que sempre havia suplementação orçamentária para a respectiva efetivação.

12 Todavia, com a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 95/2016, essa elevação progressiva tornou-se um grave problema, já que o limite de teto de gastos da Justiça Federal passou a inviabilizar a alocação de valor suficiente para atendimento dessa despesa e, mais ainda, a suplementação orçamentária para o mesmo fim. Desse modo, como se trata de despesa obrigatória, sua liquidação precede às despesas discricionárias, como as de custeio e de investimentos, pelo que seu progressivo aumento interfere diretamente no próprio funcionamento da Justiça Federal.



## Centro Nacional de Inteligência - Justiça Federal

13 O detalhe é que, a rigor, a Justiça Federal não tem o pleno controle do planejamento dessa despesa, que flutua segundo aumenta a litigiosidade em matéria previdenciária, em especial na quantidade de benefícios por incapacidade, fator que está essencialmente atrelado à política pública traçada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de concessão e revisão daqueles, assim como ao disposto em normas editadas pelo Poder Executivo ou aprovadas pelo Poder Legislativo em decorrência de propostas apresentadas por aquele, a exemplo das revisões de benefícios determinadas pela Medida Provisória n. 79/2016.

14 Trata-se, portanto, de despesa que impacta severamente o orçamento da Justiça Federal, porém da qual a instituição não detém o efetivo controle. Se isso não bastasse, é uma despesa que não custeia propriamente a máquina administrativa da instituição, senão supre uma impossibilidade econômica do cidadão, por meio da assistência jurídica gratuita, de arcar com despesas que, a princípio, seriam legalmente de sua responsabilidade.

### **III) DADOS DETALHADOS DE AJPC NOS ÚLTIMOS ANOS**

15 Conforme já ressaltado, por provocação do CEJ, a SJSC conseguiu extrair do sistema AJG parte dos dados inicialmente solicitados para estudo do tema. A metodologia proposta para este tópico será apresentar esses dados e destacar algumas constatações relevantes.

#### **A) TABELA DE EVOLUÇÃO ANUAL DA DESPESA POR SEÇÃO JUDICIÁRIA**

<b>Subseção</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor Total</b>
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA	2013	R\$ 4.889.070,63
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA	2014	R\$ 6.539.568,35
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA	2015	R\$ 5.883.422,58
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA	2016	R\$ 7.243.280,86
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA	2017	R\$ 9.473.149,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA	2018	R\$ 2.584.239,45
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA	2014	R\$ 1.744.209,12



Centro Nacional de Inteligência - Justiça  
Federal

SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA	2015	R\$ 2.729.576,05
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA	2016	R\$ 3.771.064,16
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA	2017	R\$ 3.962.446,94
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA	2018	R\$ 2.373.963,67
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS	2014	R\$ 2.283.076,96
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS	2015	R\$ 3.927.294,99
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS	2016	R\$ 3.283.060,96
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS	2017	R\$ 4.983.173,97
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS	2018	R\$ 2.693.694,33
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS	2013	R\$ 3.418.589,86
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS	2014	R\$ 3.847.682,59
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS	2015	R\$ 4.671.978,99
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS	2016	R\$ 6.186.428,42
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS	2017	R\$ 8.181.880,07
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS	2018	R\$ 3.060.939,82
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO	2012	R\$ 69.941,80
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO	2013	R\$ 1.253.704,88
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO	2014	R\$ 1.666.057,53
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO	2015	R\$ 2.315.135,23
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO	2016	R\$ 2.025.995,86
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO	2017	R\$ 3.763.880,04
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO	2018	R\$ 1.348.938,72
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL	2013	R\$ 1.306.217,07
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL	2014	R\$ 1.812.407,66
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL	2015	R\$ 3.052.379,02
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL	2016	R\$ 3.534.548,77
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL	2017	R\$ 3.871.909,10
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL	2018	R\$ 1.467.348,75
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS	2013	R\$ 6.774.263,44
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS	2014	R\$ 9.883.776,88
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS	2015	R\$ 9.943.132,59
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS	2016	R\$ 9.108.393,01
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS	2017	R\$ 14.965.118,22
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS	2018	R\$ 5.197.444,94
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO	2014	R\$ 2.554.560,04
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO	2015	R\$ 4.145.546,13



Centro Nacional de Inteligência - Justiça  
Federal

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO	2016	R\$ 4.057.316,52
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO	2017	R\$ 5.854.712,12
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO	2018	R\$ 2.790.911,76
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA	2013	R\$ 438.237,01
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA	2014	R\$ 1.487.606,13
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA	2015	R\$ 2.872.445,27
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA	2016	R\$ 2.159.209,88
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA	2017	R\$ 2.586.534,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA	2018	R\$ 1.086.228,59
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA	2013	R\$ 100.855,34
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA	2014	R\$ 190.273,92
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA	2015	R\$ 135.402,75
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA	2016	R\$ 160.476,99
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA	2017	R\$ 171.421,27
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA	2018	R\$ 91.335,96
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA	2012	R\$ 1.411.671,38
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA	2013	R\$ 8.332.207,29
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA	2014	R\$ 9.318.186,42
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA	2015	R\$ 9.232.094,71
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA	2016	R\$ 9.677.911,35
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA	2017	R\$ 8.692.469,73
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA	2018	R\$ 7.667.606,21
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO	2013	R\$ 14.445.950,84
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO	2014	R\$ 25.511.490,39
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO	2015	R\$ 30.679.960,86
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO	2016	R\$ 29.649.810,32
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO	2017	R\$ 32.580.906,26
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO	2018	R\$ 15.626.081,92
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE	2014	R\$ 1.104.523,27
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE	2015	R\$ 1.809.759,47
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE	2016	R\$ 1.531.611,30
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE	2017	R\$ 1.883.306,54
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE	2018	R\$ 1.031.399,61
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS	2012	R\$ 43.823,05
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS	2013	R\$ 1.089.590,43
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS	2014	R\$ 1.100.962,37



Centro Nacional de Inteligência - Justiça  
Federal

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS	2015	R\$ 859.685,63
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS	2016	R\$ 936.517,65
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS	2017	R\$ 1.200.597,33
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS	2018	R\$ 435.585,60
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE	2013	R\$ 395.174,11
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE	2014	R\$ 622.602,81
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE	2015	R\$ 306.887,14
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE	2016	R\$ 749.212,04
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE	2017	R\$ 949.888,03
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE	2018	R\$ 343.828,88
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPÁ	2012	R\$ 4.114,40
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPÁ	2013	R\$ 257.367,32
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPÁ	2014	R\$ 327.234,25
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPÁ	2015	R\$ 182.392,47
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPÁ	2016	R\$ 342.362,14
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPÁ	2017	R\$ 479.842,19
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPÁ	2018	R\$ 171.977,08
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS	2013	R\$ 284.004,16
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS	2014	R\$ 447.478,08
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS	2015	R\$ 381.635,09
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS	2016	R\$ 373.499,63
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS	2017	R\$ 783.486,72
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS	2018	R\$ 362.211,25
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ	2014	R\$ 3.572.362,07
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ	2015	R\$ 6.781.976,15
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ	2016	R\$ 6.055.144,15
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ	2017	R\$ 9.425.643,78
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ	2018	R\$ 4.485.645,03
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	2013	R\$ 719.105,57
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	2014	R\$ 1.965.781,80
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	2015	R\$ 1.589.845,80
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	2016	R\$ 1.978.094,04
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	2017	R\$ 2.425.858,47
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	2018	R\$ 911.807,26
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	2013	R\$ 1.100.176,65
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	2014	R\$ 1.583.066,55



Centro Nacional de Inteligência - Justiça  
Federal

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	2015	R\$ 1.889.718,62
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	2016	R\$ 2.061.907,16
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	2017	R\$ 2.569.931,29
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	2018	R\$ 937.885,60
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO	2013	R\$ 2.527.497,35
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO	2014	R\$ 3.418.599,68
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO	2015	R\$ 3.201.864,19
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO	2016	R\$ 3.304.589,07
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO	2017	R\$ 4.409.520,89
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO	2018	R\$ 1.916.362,46
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ	2013	R\$ 2.548.006,56
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ	2014	R\$ 3.105.403,43
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ	2015	R\$ 2.595.009,19
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ	2016	R\$ 2.441.602,12
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ	2017	R\$ 4.046.559,28
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ	2018	R\$ 1.527.561,77
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ	2013	R\$ 8.063.975,29
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ	2014	R\$ 8.889.369,51
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ	2015	R\$ 9.959.097,07
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ	2016	R\$ 11.338.369,63
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ	2017	R\$ 9.170.985,61
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ	2018	R\$ 8.253.579,53
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ	2013	R\$ 1.351.086,38
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ	2014	R\$ 1.314.285,11
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ	2015	R\$ 2.104.081,70
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ	2016	R\$ 2.533.350,13
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ	2017	R\$ 3.212.437,53
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ	2018	R\$ 2.226.750,51
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	2013	R\$ 3.780.213,30
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	2014	R\$ 5.296.587,38
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	2015	R\$ 5.840.786,19
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	2016	R\$ 7.009.973,21
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	2017	R\$ 8.657.607,28
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	2018	R\$ 3.261.270,60
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE	2014	R\$ 1.825.832,06
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE	2015	R\$ 3.640.048,93



## Centro Nacional de Inteligência - Justiça Federal

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE	2016	R\$ 3.301.876,07
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE	2017	R\$ 5.246.198,42
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE	2018	R\$ 2.382.526,18
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	2012	R\$ 2.879.763,18
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	2013	R\$ 14.044.666,22
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	2014	R\$ 16.420.641,08
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	2015	R\$ 17.919.458,79
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	2016	R\$ 20.133.141,57
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	2017	R\$ 16.865.953,10
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	2018	R\$ 14.416.902,64
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO	2017	R\$ 870,00
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO	2018	R\$ 120,00
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO	2015	R\$ 3.370,22
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO	2016	R\$ 976,23
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO	2017	R\$ 1.085,61
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO	2013	R\$ 2.952,81
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO	2015	R\$ 929,71
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO	2017	R\$ 370,83
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO	2017	R\$ 536,83

16 A principal constatação que se extrai dessa tabela é que a elevação da despesa ocorreu de forma generalizada em todas as seções judiciária e regiões. As proporções oscilam de seção judiciária ou região para a outra, porém a tendência se mantém no país inteiro. Convém destacar que, na 4ª Região, a proporção de aumento foi menor, mas os valores já eram bastante expressivos desde 2013, sendo interessante estudar, num segundo momento, se as rotinas de marcação de perícias sociais já eram então empregadas nas seções judiciárias que lhe são vinculadas.

17 A esse respeito, convém destacar que, na reunião do Grupo Operacional em que submetida a presente nota técnica, as Juízas Federais Daniela Tocchetto (Diretora do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul) e Taís Ferraz (representante da 4ª Região no Centro Nacional de Inteligência) advertiram que historicamente se enfrentou no Rio Grande do Sul um problema



## Centro Nacional de Inteligência - Justiça Federal

quanto ao elevado valor fixado para pagamento de peritos no âmbito da competência federal delegada, o que pode explicar o valor mais expressivo pago pela 4ª Região mesmo antes de se iniciar a tendência de crescimento intenso do montante pago a peritos.

### B) TABELA COM VALORES PAGOS POR ESPECIALIDADE DO PROFISSIONAL

Categoria	Profissão	Ano	Valor Total
ADVOGADO DATIVO	ADVOGADO	2012	R\$ 165.209,13
ADVOGADO DATIVO	ADVOGADO	2013	R\$ 2.933.762,05
ADVOGADO DATIVO	ADVOGADO	2014	R\$ 3.892.138,43
ADVOGADO DATIVO	ADVOGADO	2015	R\$ 3.895.544,93
ADVOGADO DATIVO	ADVOGADO	2016	R\$ 4.563.532,52
ADVOGADO DATIVO	ADVOGADO	2017	R\$ 4.479.320,52
ADVOGADO DATIVO	ADVOGADO	2018	R\$ 1.874.355,41
CURADOR	ADVOGADO	2012	R\$ 898,74
CURADOR	ADVOGADO	2013	R\$ 35.579,56
CURADOR	ADVOGADO	2014	R\$ 65.595,43
CURADOR	ADVOGADO	2015	R\$ 70.611,85
CURADOR	ADVOGADO	2016	R\$ 60.669,55
CURADOR	ADVOGADO	2017	R\$ 51.779,24
CURADOR	ADVOGADO	2018	R\$ 42.249,45
CURADOR	CURADOR	2012	R\$ 652,20
CURADOR	CURADOR	2013	R\$ 13.004,42
CURADOR	CURADOR	2014	R\$ 23.064,44
CURADOR	CURADOR	2015	R\$ 22.313,10
CURADOR	CURADOR	2016	R\$ 13.184,88
CURADOR	CURADOR	2017	R\$ 10.294,91
CURADOR	CURADOR	2018	R\$ 11.679,23
INTÉRPRETE	INTÉRPRETE	2012	R\$ 352,20
INTÉRPRETE	INTÉRPRETE	2013	R\$ 73.990,57
INTÉRPRETE	INTÉRPRETE	2014	R\$ 109.745,76
INTÉRPRETE	INTÉRPRETE	2015	R\$ 140.132,55
INTÉRPRETE	INTÉRPRETE	2016	R\$ 166.580,60
INTÉRPRETE	INTÉRPRETE	2017	R\$ 199.021,35



Centro Nacional de Inteligência - Justiça  
Federal

INTÉRPRETE	INTÉRPRETE	2018	R\$ 72.703,67
INTÉRPRETE	TRADUTOR	2013	R\$ 176,10
PERITO	ADMINISTRADOR	2012	R\$ 2.817,60
PERITO	ADMINISTRADOR	2013	R\$ 24.851,70
PERITO	ADMINISTRADOR	2014	R\$ 42.432,20
PERITO	ADMINISTRADOR	2015	R\$ 127.122,87
PERITO	ADMINISTRADOR	2016	R\$ 112.194,55
PERITO	ADMINISTRADOR	2017	R\$ 140.116,74
PERITO	ADMINISTRADOR	2018	R\$ 73.858,85
PERITO	ADVOGADO	2013	R\$ 800,00
PERITO	ADVOGADO	2014	R\$ 2.618,74
PERITO	ADVOGADO	2015	R\$ 1.562,13
PERITO	ADVOGADO	2016	R\$ 1.300,00
PERITO	ADVOGADO	2018	R\$ 2.145,00
PERITO	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2012	R\$ 469,60
PERITO	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2013	R\$ 880,00
PERITO	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2015	R\$ 46.790,00
PERITO	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2016	R\$ 34.237,06
PERITO	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2017	R\$ 94.121,18
PERITO	ANTROPÓLOGO	2015	R\$ 6.213,25
PERITO	ANTROPÓLOGO	2016	R\$ 41.670,60
PERITO	ANTROPÓLOGO	2017	R\$ 46.972,17
PERITO	ANTROPÓLOGO	2018	R\$ 30.569,19
PERITO	ARQUITETO	2012	R\$ 1.056,60
PERITO	ARQUITETO	2013	R\$ 7.078,69
PERITO	ARQUITETO	2014	R\$ 22.547,85
PERITO	ARQUITETO	2015	R\$ 8.213,63
PERITO	ARQUITETO	2016	R\$ 14.793,57
PERITO	ARQUITETO	2017	R\$ 14.018,27
PERITO	ARQUITETO	2018	R\$ 9.579,38
PERITO	ASSISTENTE SOCIAL	2012	R\$ 203.860,52
PERITO	ASSISTENTE SOCIAL	2013	R\$ 6.801.558,73



Centro Nacional de Inteligência - Justiça  
Federal

PERITO	ASSISTENTE SOCIAL	2014	R\$ 10.388.265,59
PERITO	ASSISTENTE SOCIAL	2015	R\$ 13.766.363,93
PERITO	ASSISTENTE SOCIAL	2016	R\$ 15.282.084,00
PERITO	ASSISTENTE SOCIAL	2017	R\$ 17.162.568,26
PERITO	ASSISTENTE SOCIAL	2018	R\$ 7.611.147,80
PERITO	ATUÁRIO	2012	R\$ 234,80
PERITO	ATUÁRIO	2013	R\$ 469,60
PERITO	ATUÁRIO	2014	R\$ 1.174,00
PERITO	ATUÁRIO	2015	R\$ 745,59
PERITO	ATUÁRIO	2016	R\$ 372,80
PERITO	ATUÁRIO	2017	R\$ 1.215,20
PERITO	ATUÁRIO	2018	R\$ 847,06
PERITO	BIÓLOGO	2012	R\$ 1.408,80
PERITO	BIÓLOGO	2013	R\$ 1.617,92
PERITO	BIÓLOGO	2014	R\$ 6.400,40
PERITO	BIÓLOGO	2015	R\$ 2.941,17
PERITO	BIÓLOGO	2016	R\$ 3.700,49
PERITO	BIÓLOGO	2017	R\$ 1.434,80
PERITO	BIÓLOGO	2018	R\$ 5.017,74
PERITO	CONTADOR	2012	R\$ 19.462,30
PERITO	CONTADOR	2013	R\$ 941.256,48
PERITO	CONTADOR	2014	R\$ 1.349.235,06
PERITO	CONTADOR	2015	R\$ 1.479.973,48
PERITO	CONTADOR	2016	R\$ 1.505.478,91
PERITO	CONTADOR	2017	R\$ 1.584.222,00
PERITO	CONTADOR	2018	R\$ 676.158,21
PERITO	CORRETOR DE IMÓVEIS/AVALIADOR	2013	R\$ 234,80
PERITO	CORRETOR DE IMÓVEIS/AVALIADOR	2014	R\$ 2.143,60
PERITO	CORRETOR DE IMÓVEIS/AVALIADOR	2015	R\$ 3.630,38
PERITO	CORRETOR DE IMÓVEIS/AVALIADOR	2016	R\$ 697,06
PERITO	CORRETOR DE IMÓVEIS/AVALIADOR	2017	R\$ 2.786,77
PERITO	CORRETOR DE IMÓVEIS/AVALIADOR	2018	R\$ 1.075,00
PERITO	DENTISTA	2013	R\$ 1.873,90
PERITO	DENTISTA	2014	R\$ 5.194,60
PERITO	DENTISTA	2015	R\$ 7.710,51
PERITO	DENTISTA	2016	R\$ 3.910,98



Centro Nacional de Inteligência - Justiça  
Federal

PERITO	DENTISTA	2017	R\$ 6.175,01
PERITO	DENTISTA	2018	R\$ 3.436,77
PERITO	DOCUMENTOSCÓPICO	2013	R\$ 2.232,70
PERITO	DOCUMENTOSCÓPICO	2014	R\$ 9.291,80
PERITO	DOCUMENTOSCÓPICO	2015	R\$ 9.857,64
PERITO	DOCUMENTOSCÓPICO	2016	R\$ 13.403,57
PERITO	DOCUMENTOSCÓPICO	2017	R\$ 11.641,17
PERITO	DOCUMENTOSCÓPICO	2018	R\$ 2.891,18
PERITO	ECONOMISTA	2012	R\$ 5.664,20
PERITO	ECONOMISTA	2013	R\$ 103.845,20
PERITO	ECONOMISTA	2014	R\$ 143.349,03
PERITO	ECONOMISTA	2015	R\$ 151.190,29
PERITO	ECONOMISTA	2016	R\$ 148.206,98
PERITO	ECONOMISTA	2017	R\$ 147.165,87
PERITO	ECONOMISTA	2018	R\$ 74.217,12
PERITO	EDUCADOR FÍSICO	2014	R\$ 200,00
PERITO	ENFERMEIRO	2013	R\$ 8.448,40
PERITO	ENFERMEIRO	2014	R\$ 7.924,50
PERITO	ENFERMEIRO	2015	R\$ 2.728,30
PERITO	ENFERMEIRO	2016	R\$ 7.753,00
PERITO	ENFERMEIRO	2017	R\$ 10.150,00
PERITO	ENFERMEIRO	2018	R\$ 3.600,00
PERITO	ENGENHEIRO	2012	R\$ 387.170,55
PERITO	ENGENHEIRO	2013	R\$ 2.392.233,64
PERITO	ENGENHEIRO	2014	R\$ 3.277.977,13
PERITO	ENGENHEIRO	2015	R\$ 3.859.012,04
PERITO	ENGENHEIRO	2016	R\$ 5.353.381,99
PERITO	ENGENHEIRO	2017	R\$ 4.693.963,18
PERITO	ENGENHEIRO	2018	R\$ 3.275.883,20
PERITO	ESTATÍSTICO	2014	R\$ 234,80
PERITO	FARMACÊUTICO	2013	R\$ 1.350,10
PERITO	FARMACÊUTICO	2014	R\$ 3.345,90
PERITO	FARMACÊUTICO	2015	R\$ 3.769,99
PERITO	FARMACÊUTICO	2016	R\$ 248,53
PERITO	FARMACÊUTICO	2017	R\$ 240,00
PERITO	FARMACÊUTICO	2018	R\$ 2.091,18



Centro Nacional de Inteligência - Justiça  
Federal

PERITO	FÍSICO	2013	R\$ 1.908,80
PERITO	FÍSICO	2014	R\$ 528,30
PERITO	FÍSICO	2018	R\$ 248,53
PERITO	FISIOTERAPEUTA	2013	R\$ 23.962,90
PERITO	FISIOTERAPEUTA	2014	R\$ 120.324,50
PERITO	FISIOTERAPEUTA	2015	R\$ 89.223,80
PERITO	FISIOTERAPEUTA	2016	R\$ 99.010,65
PERITO	FISIOTERAPEUTA	2017	R\$ 140.738,06
PERITO	FISIOTERAPEUTA	2018	R\$ 64.521,57
PERITO	FONAUDIÓLOGO	2013	R\$ 1.584,20
PERITO	FONAUDIÓLOGO	2014	R\$ 10.326,40
PERITO	FONAUDIÓLOGO	2015	R\$ 4.297,20
PERITO	FONAUDIÓLOGO	2016	R\$ 6.079,86
PERITO	FONAUDIÓLOGO	2017	R\$ 9.646,13
PERITO	FONAUDIÓLOGO	2018	R\$ 918,13
PERITO	GEÓGRAFO	2013	R\$ 234,80
PERITO	GEÓGRAFO	2014	R\$ 1.831,44
PERITO	GEÓGRAFO	2015	R\$ 1.772,81
PERITO	GEÓLOGO	2013	R\$ 2.461,00
PERITO	GRAFOTÉCNICO	2012	R\$ 1.110,90
PERITO	GRAFOTÉCNICO	2013	R\$ 58.049,78
PERITO	GRAFOTÉCNICO	2014	R\$ 74.368,50
PERITO	GRAFOTÉCNICO	2015	R\$ 82.847,28
PERITO	GRAFOTÉCNICO	2016	R\$ 145.155,29
PERITO	GRAFOTÉCNICO	2017	R\$ 154.868,01
PERITO	GRAFOTÉCNICO	2018	R\$ 72.287,40
PERITO	HISTORIADOR	2016	R\$ 234,80
PERITO	INTÉRPRETE	2013	R\$ 159,00
PERITO	JOALHEIROS E LAPIDADORES DE GEMAS	2013	R\$ 2.582,80
PERITO	JOALHEIROS E LAPIDADORES DE GEMAS	2014	R\$ 5.337,30
PERITO	JOALHEIROS E LAPIDADORES DE GEMAS	2015	R\$ 2.733,83
PERITO	JOALHEIROS E LAPIDADORES DE GEMAS	2016	R\$ 4.179,42
PERITO	JOALHEIROS E LAPIDADORES DE GEMAS	2017	R\$ 734,80
PERITO	LINGUISTA	2013	R\$ 704,40
PERITO	MATEMÁTICO	2013	R\$ 1.878,40
PERITO	MATEMÁTICO	2014	R\$ 2.600,00



Centro Nacional de Inteligência - Justiça  
Federal

PERITO	MATEMÁTICO	2015	R\$ 5.509,55
PERITO	MATEMÁTICO	2016	R\$ 4.850,00
PERITO	MATEMÁTICO	2017	R\$ 3.850,00
PERITO	MATEMÁTICO	2018	R\$ 400,00
PERITO	MÉDICO	2012	R\$ 3.607.062,03
PERITO	MÉDICO	2013	R\$ 63.514.875,22
PERITO	MÉDICO	2014	R\$ 98.017.136,10
PERITO	MÉDICO	2015	R\$ 114.564.745,32
PERITO	MÉDICO	2016	R\$ 116.992.150,79
PERITO	MÉDICO	2017	R\$ 141.086.913,20
PERITO	MÉDICO	2018	R\$ 75.141.065,67
PERITO	MÉDICO VETERINÁRIO	2013	R\$ 234,80
PERITO	MÉDICO VETERINÁRIO	2014	R\$ 234,80
PERITO	MÉDICO VETERINÁRIO	2015	R\$ 1.491,18
PERITO	MÉDICO VETERINÁRIO	2016	R\$ 848,53
PERITO	MÉDICO VETERINÁRIO	2017	R\$ 248,53
PERITO	MÉDICO VETERINÁRIO	2018	R\$ 819,60
PERITO	NUTRICIONISTA	2013	R\$ 1.526,20
PERITO	NUTRICIONISTA	2014	R\$ 1.339,20
PERITO	NUTRICIONISTA	2015	R\$ 2.287,00
PERITO	NUTRICIONISTA	2016	R\$ 1.394,12
PERITO	NUTRICIONISTA	2017	R\$ 1.100,00
PERITO	OURIVES	2013	R\$ 1.704,40
PERITO	OURIVES	2014	R\$ 939,20
PERITO	PAPILOSCOPISTA	2016	R\$ 704,40
PERITO	PAPILOSCOPISTA	2017	R\$ 704,40
PERITO	PEDAGOGO	2013	R\$ 469,60
PERITO	PSICÓLOGO	2012	R\$ 9.646,30
PERITO	PSICÓLOGO	2013	R\$ 30.390,90
PERITO	PSICÓLOGO	2014	R\$ 40.987,80
PERITO	PSICÓLOGO	2015	R\$ 36.038,66
PERITO	PSICÓLOGO	2016	R\$ 31.377,94
PERITO	PSICÓLOGO	2017	R\$ 35.473,67
PERITO	PSICÓLOGO	2018	R\$ 21.897,45
PERITO	QUÍMICO	2013	R\$ 1.408,80
PERITO	QUÍMICO	2014	R\$ 939,20



Centro Nacional de Inteligência - Justiça  
Federal

PERITO	QUÍMICO	2015	R\$ 952,93
PERITO	QUÍMICO	2016	R\$ 2.982,36
PERITO	QUÍMICO	2017	R\$ 2.400,00
PERITO	SOCIÓLOGO	2013	R\$ 2.465,40
PERITO	SOCIÓLOGO	2014	R\$ 704,40
PERITO	TÉCNICO ELETRÔNICO	2015	R\$ 704,40
PERITO	TÉCNICO ELETRÔNICO	2016	R\$ 6.839,60
PERITO	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	2013	R\$ 1.019,40
PERITO	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	2014	R\$ 12.752,80
PERITO	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	2015	R\$ 21.543,66
PERITO	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	2016	R\$ 67.286,33
PERITO	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	2017	R\$ 90.210,92
PERITO	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	2018	R\$ 60.787,86
PERITO	TÉCNOLOGO EM GESTÃO FINANCEIRA	2015	R\$ 200,00
PERITO	TECNÓLOGO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	2013	R\$ 352,20
PERITO	TECNÓLOGO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	2015	R\$ 3.700,00
PERITO	TECNÓLOGO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	2016	R\$ 3.385,00
PERITO	TECNÓLOGO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	2017	R\$ 6.940,00
PERITO	TECNÓLOGO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	2018	R\$ 2.290,12
PERITO	TOPÓGRAFO	2014	R\$ 1.408,80
PERITO	TOPÓGRAFO	2015	R\$ 745,59
PERITO	TOPÓGRAFO	2017	R\$ 704,40
PERITO	TOPÓGRAFO	2018	R\$ 600,00
TRADUTOR	TRADUTOR	2012	R\$ 2.237,34
TRADUTOR	TRADUTOR	2013	R\$ 129.694,95
TRADUTOR	TRADUTOR	2014	R\$ 188.987,44
TRADUTOR	TRADUTOR	2015	R\$ 229.694,69
TRADUTOR	TRADUTOR	2016	R\$ 255.842,51
TRADUTOR	TRADUTOR	2017	R\$ 226.541,69
TRADUTOR	TRADUTOR	2018	R\$ 113.849,57

18 Essa tabela findou por comprovar algo que já se intuía: a expressiva influência da litigiosidade previdenciária nessa despesa. Em 2013, a Justiça Federal pagou R\$ 63.514.875,22 somente a peritos médicos e mais R\$ 6.801.558,73 a assistentes sociais. Em 2017, esses valores aumentaram,



## Centro Nacional de Inteligência - Justiça Federal

respectivamente, para R\$ 141.086.913,20 e R\$ 17.162.568,26, o que corresponde a 92% da despesa total (82% para os médicos e 10% para os assistentes sociais).

19 Esses dados corroboram a influência da atuação do INSS e do sistema de previdência social na estrutura orçamentária da Justiça Federal.

20 Todavia, os números revelam ainda uma tendência recente de elevação dos valores pagos a peritos da área de engenharia. Quanto a isso, convém mencionar o julgamento, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), do IRDR n. 15, condicionando, em certas situações, a apreciação de feitos relativos a aposentadorias especiais à produção de prova técnica.

### C) TABELA DEMONSTRATIVA DOS PROCESSOS COM MAIS DE UMA PERÍCIA REALIZADA

Órgão	Número de Processos Judiciais com mais de uma perícia	Total de Processos	Percentual de processos com mais de uma perícia
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA	22659	182876	12,39
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA	5738	74639	7,69
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS	327	85291	0,38
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS	21093	133816	15,76
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO	5506	53674	10,26
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL	5906	47556	12,42
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS	21198	273011	7,76
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO	6379	86512	7,37
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA	4433	34921	12,69
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA	781	4280	18,25
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA	19324	249228	7,75
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE	4969	36700	13,54
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO	101641	694260	14,64
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS	2587	25852	10,01



## Centro Nacional de Inteligência - Justiça Federal

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE	3426	17027	20,12
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPÁ	1441	8776	16,42
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS	1630	12813	12,72
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ	17731	151460	11,71
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	4164	37390	11,14
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	5156	44850	11,50
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO	8348	106790	7,82
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ	29703	252083	11,78
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ	8232	77225	10,66
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ	7683	75172	10,22
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	9590	166844	5,75
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE	7593	81696	9,29
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	45239	435681	10,38
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO	1	3	33,33
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO	1	13	7,69

21 Solicitou-se também o quantitativo de processos em que tenha sido realizada mais de uma perícia. O somatório da tabela mostra que isso ocorreu em 10,8% dos processos e que essa proporção muda substancialmente de uma seção judiciária para a outra, havendo espaço para algumas propostas de gestão nos processos de trabalho em algumas delas.

22 Outro dado que se extrai dessa tabela e que merece ser melhor estudado, no futuro, é que, em cerca de 5 anos, mais de 680 mil processos na Justiça Federal implicaram realização de perícias, o que corresponde a quase 20% da distribuição anual média.



Centro Nacional de Inteligência - Justiça  
Federal

#### **IV) A INFLUÊNCIA DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS (TNU)**

23 No ano de 2015, a TNU aprovou duas súmulas que impactaram decisivamente a tramitação dos processos envolvendo benefícios por incapacidade:

“Súmula 79. Nas ações em que se postula benefício assistencial, é necessária a comprovação das condições socioeconômicas do autor por laudo de assistente social, por auto de constatação lavrado por oficial de justiça ou, sendo inviabilizados os referidos meios, por prova testemunhal”.

“Súmula 80. Nos pedidos de benefício de prestação continuada (LOAS), tendo em vista o advento da Lei 12.470/11, para adequada valoração dos fatores ambientais, sociais, econômicos e pessoais que impactam na participação da pessoa com deficiência na sociedade, é necessária a realização de avaliação social por assistente social ou outras providências aptas a revelar a efetiva condição vivida no meio social pelo requerente”.

24 Contudo, a tendência de se exigir perícia social nas ações em que se postulam benefícios assistenciais de prestação continuada remonta a 2013, quando do julgamento, pelo STF, do Recurso Extraordinário nº 567.985/MT. Nesse precedente, com repercussão geral, o STF relativizou o critério formal de miserabilidade previsto na Lei n. 8.742/93. Diante disso, a jurisprudência do subsistema dos juizados especiais federais, influenciada pela TNU, passou a exigir a realização de perícia social para aferição da miserabilidade em juízo.



## Centro Nacional de Inteligência - Justiça Federal

25 Dessa forma, não é mera coincidência a tendência de elevação dos gastos com perícias judiciais justamente a partir desse exercício. O próprio INSS, por sua procuradoria, passou a defender ferrenhamente em juízo a necessidade de produção dessa prova, que até pouco tempo não trazia maiores impactos orçamentários diretos para a Justiça Federal.

26 Porém, o próprio INSS não emprega o mesmo rigor na sua análise administrativa da concessão de benefícios assistenciais de prestação continuada. Conforme se depreende do Decreto n. 6214/2007 (e posteriores alterações), o INSS realiza a avaliação social apenas para dimensionar a deficiência e concluir se existe impedimento de longo prazo. No tocante ao critério da renda, limita-se à análise de dados. Na Justiça Federal, por outro lado, em razão da Súmula 79, a perícia social (e não apenas avaliação social) é utilizada indiscriminada e preponderantemente para análise da renda.

27 A avaliação social feita pelo INSS, para fins de condições sociais é efetuada na própria agência. O INSS somente desenvolve algo similar à perícia social quando encontra renda ou núcleo familiar com divergências, ocasião em que promove a pesquisa externa. Assim, percebe-se que o procedimento judicial é muito mais rigoroso do que o administrativo, o que pode denotar substituição pela Justiça Federal ao INSS no tocante à atividade administrativa que lhe compete.

28 Se isso não bastasse, não existe um cuidado do INSS na análise de ambos os critérios em todos os casos, a fim de delimitar os pontos controvertidos a serem explorados em juízo. Assim, não raras vezes, a Justiça Federal é obrigada a se debruçar sobre um ponto não previamente examinado administrativamente, arcando com eventuais despesas com a produção de prova pericial.



Centro Nacional de Inteligência - Justiça  
Federal

#### **V) INFLUÊNCIA DO PROCEDIMENTO DE ALTA PROGRAMADA PREVISTA NA LEI N. 13.457/2017**

29 Os dados levantados também demonstram um expressivo aumento dos gastos com perícias em 2017, quando entrou em vigor a Lei nº 13.457/2017, instituindo a obrigatoriedade do emprego do procedimento da alta programada na concessão ou restabelecimento de auxílios-doença, mediante o acréscimo dos §§ 8º e 9º no art. 60 da Lei n. 8.213/91:

“§ 8º Sempre que possível, o ato de concessão ou de reativação de auxílio-doença, judicial ou administrativo, deverá fixar o prazo estimado para a duração do benefício. (Incluído pela Lei n. 13.457, de 2017)”

“§ 9º Na ausência de fixação do prazo de que trata o § 8º deste artigo, o benefício cessará após o prazo de cento e vinte dias, contado da data de concessão ou de reativação do auxílio-doença, exceto se o segurado requerer a sua prorrogação perante o INSS, na forma do regulamento, observado o disposto no art. 62 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 13.457, de 2017)”

30 Tendo em vista o prazo de 120 dias previsto no § 9º, tem sido comum a repetição de demandas pelo mesmo segurado até três vezes ao ano, com incremento significativo de litigiosidade e elevação expressiva na despesa com o pagamento de perícias.

#### **VI) A POPULARIZAÇÃO DA PERÍCIA SOCIAL E A CULTURA PERICIAL**

31 Os dados revelam que a exigência da perícia social pela TNU findou por instituir, nos juizados especiais federais, uma espécie de cultura pericial, em substituição à oralidade antes predominante com a realização de audiências de instrução. É bem verdade que a própria TNU, na Súmula 79, admite a



## Centro Nacional de Inteligência - Justiça Federal

possibilidade excepcional de emprego de inspeções por oficiais de justiça e a realização de audiências, porém o fato é que o aspecto orçamentário nunca foi um fator considerado para interpretação a extensão da súmula.

32 Se isso não bastasse, tendo em vista a tradicional litigiosidade intensa nos juizados especiais federais, obrigando o juiz federal a presidir centenas de audiências por mês, passou a ser comum também a utilização da perícia social em processos diversos daqueles em que se postulam benefícios assistenciais de prestação continuada. Cada vez mais frequentemente, perícias dessa natureza começaram a ser designadas para comprovação da condição de segurado especial e mesmo para avaliação de condições sociais em postulações judiciais de auxílios-doença ou de aposentadorias por invalidez. Embora não haja detalhamento desse aspecto nos dados levantados, trata-se de uma tendência na realidade forense.

### **VII) PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NA ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA**

33 Não há dúvida de que a assistência jurídica gratuita consiste em direito fundamental, previsto no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal. Todavia, nos termos do art. 134 da Constituição Federal, a instituição que detém a atribuição constitucional de assegurar a efetivação desse direito aos cidadãos é a Defensoria Pública. Desse modo, é (constitucionalmente) incoerente que essa despesa seja contabilizada no teto de gastos do Poder Judiciário, para fins de cumprimento da Emenda Constitucional nº 95/2016.

34 Na verdade, essa despesa é alocada à conta do orçamento da Justiça Federal por uma circunstância histórica. Ainda na Lei nº 1.060/1950, o tema era tratado como assistência judiciária, com a atribuição ao juiz de deferimento do benefício. Esse panorama, porém, foi modificado a partir da Constituição de 1988, com o fortalecimento do papel institucional das Defensorias Públicas na promoção da assistência jurídica aos necessitados.



## Centro Nacional de Inteligência - Justiça Federal

35 Entretanto, a despeito do marco normativo constitucional, a estruturação das Defensorias Públicas, mesmo a da União, deu-se muito lentamente. Por isso, a gestão dessa despesa orçamentária permaneceu com a Justiça Federal, sem que isso lhe prejudicasse o funcionamento ou afetasse a independência.

36 No entanto, agora com o limite do teto de gastos, essa expressiva despesa passou a colocar em xeque a prestação jurisdicional e, por consequência, a independência do Poder Judiciário e da Justiça Federal. É que, como já salientado, trata-se de despesa obrigatória que foge ao controle da Justiça Federal, a qual se expõe a ter inviabilizado seu próprio funcionamento por ação unilateral dos Poderes Executivo (por meio do INSS) e Legislativo.

37 A rigor, na sistemática atual, o INSS tem o absoluto poder, ao definir sua política de concessão de benefícios, de interferir diretamente nas despesas da Justiça Federal e de influenciar no seu teto de gastos. Tem o poder de mudar procedimentos para economizar seu próprio orçamento no custeio de benefícios por incapacidade e de transferir para a Justiça Federal uma despesa proporcionalmente elevada referente às perícias exigidas nas ações judiciais de postulação de restabelecimento daqueles.

38 É preciso, portanto, iniciar um urgente debate quanto à transferência dessa despesa, para fins de teto de gastos, para o Poder Executivo, tendo em vista a atribuição constitucional da Defensoria Pública de promoção da assistência jurídica gratuita.

39 Para ilustrar o debate, é interessante destacar a regulação do pagamento de perícias judiciais no Estado de São Paulo, por meio da Lei Estadual n. 16.428/2017, em que se estabeleceu o custeio pelo Poder Executivo, à conta de dotação da Secretaria de Justiça e de Defesa da Cidadania.



Centro Nacional de Inteligência - Justiça  
Federal

**VIII) OTIMIZAÇÃO DAS REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR (RPV) PARA  
O RESSARCIMENTO DOS VALORES ADIANTADOS PARA O PAGAMENTO  
DE PERITOS À CONTA DO ORÇAMENTO DA JUSTIÇA FEDERAL**

40 Outro ponto que merece reflexão é o fato de a Justiça Federal arcar, à conta de seu orçamento, com o pagamento de perícias que, a rigor, deveriam ser custeadas pelo INSS, em função da procedência do pedido. Segundo estimativa feita pela Juíza Federal Niliane Meira Lima, coordenadora seccional dos juizados especiais, somente na Seção Judiciária do Ceará a economia seria, tomando-se por base os dados referentes ao ano de 2017, de 35,74% do valor utilizado do orçamento da Justiça Federal no pagamento de perícias.

41 Na prática, nos casos de procedência do pedido em ações em que se postula benefício previdenciário ou assistencial, o pagamento do perito, antecipado à custa da verba de assistência judiciária da Justiça Federal antes do julgamento, deveria ser efetuado pelo INSS ao final, já que vencido na demanda.

42 Para cumprimento dessa obrigação, em várias unidades jurisdicionais do país é expedida a chamada RPV de ressarcimento do INSS à Seção Judiciária. Porém, essa operação orçamentária não aproveita à Justiça Federal, já que o recurso financeiro volta ao Tesouro sem lastro orçamentário. É válido um estudo sobre como efetivar essa operação, ainda que mediante a via legislativa, a fim de que os recursos sejam efetivamente recompostos em favor da Justiça Federal.

43 Outra solução seria a autorização de expedição, nos casos de procedência, de RPV de pagamento pelo réu INSS diretamente ao perito sem necessidade de que se aguarde o trânsito em julgado, uma vez que, em razão da possibilidade de demora deste, seria possível a inviabilização das perícias.



Centro Nacional de Inteligência - Justiça  
Federal

**IX) COOPERAÇÃO DO INSS NA ANEXAÇÃO DE ANTECEDENTES MÉDICO-PERICIAIS E AVALIAÇÕES MÉDICAS E SOCIAIS DOS BENEFÍCIOS**

44 A prática tem demonstrado ainda que se realiza um contingente significativo de perícias simplesmente porque o INSS não descarta de anexar aos autos os antecedentes médico-periciais e avaliações médicas e sociais dos benefícios. A Juíza Federal Niliane Meira Lima reportou também que, no Ceará, a Procuradoria Federal Especializada do INSS tem relatado que os médicos e, por último, os assistentes sociais da autarquia têm alegado o sigilo profissional como objeção para a não apresentação dos laudos administrativos e avaliações sociais e médicas.

45 Não apenas a objeção é absolutamente inaplicável, como pode prejudicar o próprio segurado. Assim, o INSS não apenas descumpra o dever legal de apresentar o processo administrativo em sua inteireza, como também deixa de observar o estabelecido no item III, c, do II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo.

**X) PREOCUPAÇÃO COM A PRESERVAÇÃO DA IMPARCIALIDADE E DA INDEPENDÊNCIA JUDICIAIS**

46 Por fim, impõe-se expor a advertência feita na reunião de submissão de nota técnica ao Grupo Operacional pelo Juiz Federal Vilian Bollmann quanto à importância da resolução desse problema relativo às perícias, para fins de preservação da imparcialidade judicial e mesmo da independência judicial. Não é saudável para o regime democrático que os juízes decidam sob ameaça de inviabilização do próprio funcionamento da instituição.

**CONCLUSÕES**

47 Sob essa fundamentação, propõe-se como estratégia de atuação do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal:



## Centro Nacional de Inteligência - Justiça Federal

i) a realização de audiência pública, com a presença da administração central do INSS, do Ministério do Planejamento, da Defensoria Pública da União, de médicos e de associações de peritos, entre outros atores, visando debater os seguintes pontos:

- a) o procedimento da alta programada e seus efeitos;
- b) as perspectivas orçamentárias referentes a essa despesa para os próximos exercícios;
- c) a legitimidade de essa despesa impactar o teto de gastos da Justiça Federal;
- d) as alternativas possíveis para ressarcimento das despesas adiantadas pela Justiça Federal para pagamento de peritos, nos casos de procedência ao final do processo;
- e) o papel da Defensoria Pública na gestão da assistência jurídica gratuita;
- f) o cumprimento pelo INSS de apresentação dos antecedentes médico-periciais e avaliações médicas e sociais dos benefícios judicializados;

ii) sejam realizadas, antes da audiência pública, reuniões prévias com o INSS, o Ministério do Planejamento e a Defensoria Pública da União, a fim de delimitar os pontos em discussão;

iii) sejam oficiados os Centros Locais de Inteligência e, na falta deles, os coordenadores de juizados especiais federais, para informarem as rotinas empregadas por cada seção judiciária no processamento de ações objetivando a concessão ou o restabelecimento de benefícios assistenciais, assim como as melhores práticas para redução dessa despesa;



## Centro Nacional de Inteligência - Justiça Federal

iv) seja comunicada a TNU do teor desta nota técnica e do grave risco orçamentário causado pelas Súmulas 79 e 80, a fim de que ponderem quanto à interpretação das exceções que ela própria estabelece na Súmula 79, bem como incentivada a participação de seus integrantes na audiência pública;

v) a revisão, pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal, dos critérios de fixação da remuneração de peritos à conta da ação orçamentária AJPC (proposição do Ministro Raul Araújo na reunião do Grupo Decisório).



Centro Nacional de Inteligência - Justiça  
Federal

**ANEXO: TABELA DEMONSTRATIVA DAS DESPESAS MENSAS, POR  
SEÇÃO JUDICIÁRIA, REFERENTES AOS EXERCÍCIOS 2016 E 2017**

Órgão	Ano	Mês	Valor Total
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA	2016	1	R\$ 576.661,82
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA	2016	2	R\$ 447.076,52
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA	2016	3	R\$ 496.669,45
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA	2016	4	R\$ 676.619,79
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA	2016	5	R\$ 556.304,34
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA	2016	6	R\$ 706.192,45
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA	2016	7	R\$ 693.254,13
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA	2016	8	R\$ 478.364,92
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA	2016	9	R\$ 693.640,78
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA	2016	10	R\$ 837.163,15
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA	2016	11	R\$ 182.305,32
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA	2016	12	R\$ 833.329,82
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA	2017	1	R\$ 997.923,35
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA	2017	2	R\$ 353.693,71
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA	2017	3	R\$ 685.251,16
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA	2017	4	R\$ 708.678,11
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA	2017	5	R\$ 638.358,41
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA	2017	6	R\$ 897.231,05
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA	2017	7	R\$ 674.032,85
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA	2017	8	R\$ 855.108,96
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA	2017	9	R\$ 1.017.045,99
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA	2017	10	R\$ 791.757,59
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA	2017	11	R\$ 265.460,94
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA	2017	12	R\$ 1.493.479,96
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA	2016	1	R\$ 905.506,72
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA	2016	2	R\$ 382.787,52
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA	2016	3	R\$ 213.803,85
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA	2016	4	R\$ 157.694,17
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA	2016	5	R\$ 345.104,32
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA	2016	6	R\$ 135.971,86
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA	2016	7	R\$ 395.443,10
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA	2016	8	R\$ 244.809,92



Centro Nacional de Inteligência - Justiça  
Federal

SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA	2016	9	R\$ 525.883,70
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA	2016	10	R\$ 315.839,70
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA	2016	11	R\$ 126.464,22
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA	2017	1	R\$ 503.615,03
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA	2017	2	R\$ 433.633,38
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA	2017	3	R\$ 305.904,32
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA	2017	4	R\$ 402.387,12
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA	2017	5	R\$ 473.309,67
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA	2017	7	R\$ 467.702,50
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA	2017	8	R\$ 319.687,31
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA	2017	9	R\$ 256.016,86
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA	2017	12	R\$ 776.896,09
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS	2016	1	R\$ 175.833,70
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS	2016	2	R\$ 300.909,60
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS	2016	3	R\$ 278.538,19
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS	2016	4	R\$ 307.173,62
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS	2016	5	R\$ 247.248,09
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS	2016	6	R\$ 325.087,73
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS	2016	7	R\$ 357.860,17
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS	2016	8	R\$ 351.162,11
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS	2016	9	R\$ 461.391,63
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS	2016	10	R\$ 373.045,60
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS	2016	11	R\$ 100.703,53
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS	2017	1	R\$ 859.825,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS	2017	2	R\$ 379.481,66
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS	2017	3	R\$ 303.972,06
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS	2017	4	R\$ 506.003,16
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS	2017	5	R\$ 238.781,57
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS	2017	6	R\$ 578.413,04
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS	2017	7	R\$ 397.211,66
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS	2017	8	R\$ 471.722,95
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS	2017	9	R\$ 308.509,86
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS	2017	12	R\$ 932.600,13
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS	2016	1	R\$ 1.591.561,07
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS	2016	2	R\$ 276.109,86
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS	2016	4	R\$ 619.290,44



Centro Nacional de Inteligência - Justiça  
Federal

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS	2016	5	R\$ 858.825,75
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS	2016	6	R\$ 428.355,99
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS	2016	7	R\$ 790.036,89
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS	2016	8	R\$ 480.613,63
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS	2016	9	R\$ 511.015,21
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS	2016	10	R\$ 290.533,81
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS	2016	12	R\$ 156.272,07
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS	2017	1	R\$ 1.648.877,32
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS	2017	2	R\$ 318.393,88
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS	2017	3	R\$ 456.852,12
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS	2017	4	R\$ 754.290,97
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS	2017	5	R\$ 589.229,95
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS	2017	6	R\$ 627.627,21
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS	2017	7	R\$ 727.933,08
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS	2017	8	R\$ 480.005,39
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS	2017	9	R\$ 253.031,62
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS	2017	12	R\$ 2.132.577,20
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO	2016	2	R\$ 415.378,77
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO	2016	3	R\$ 147.389,43
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO	2016	4	R\$ 153.663,27
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO	2016	5	R\$ 146.627,22
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO	2016	6	R\$ 174.847,30
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO	2016	7	R\$ 364.655,10
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO	2016	8	R\$ 244.210,47
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO	2016	9	R\$ 216.697,32
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO	2016	11	R\$ 101.594,87
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO	2017	1	R\$ 1.024.800,54
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO	2017	2	R\$ 244.705,13
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO	2017	3	R\$ 123.660,45
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO	2017	4	R\$ 181.400,17
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO	2017	5	R\$ 295.712,88
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO	2017	6	R\$ 363.308,11
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO	2017	7	R\$ 367.264,58
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO	2017	8	R\$ 238.956,76
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO	2017	9	R\$ 261.989,24
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO	2017	12	R\$ 542.880,71



Centro Nacional de Inteligência - Justiça  
Federal

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL	2016	1	R\$ 338.627,76
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL	2016	2	R\$ 279.871,46
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL	2016	3	R\$ 407.292,30
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL	2016	4	R\$ 159.525,79
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL	2016	5	R\$ 189.401,13
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL	2016	6	R\$ 334.784,10
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL	2016	7	R\$ 212.887,57
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL	2016	8	R\$ 257.180,45
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL	2016	9	R\$ 441.360,11
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL	2016	10	R\$ 178.445,46
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL	2016	11	R\$ 222.017,40
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL	2016	12	R\$ 208.517,19
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL	2017	1	R\$ 44.169,60
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL	2017	2	R\$ 274.362,16
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL	2017	3	R\$ 446.818,88
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL	2017	4	R\$ 166.437,73
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL	2017	5	R\$ 341.505,81
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL	2017	6	R\$ 381.083,72
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL	2017	7	R\$ 236.115,72
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL	2017	8	R\$ 372.829,72
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL	2017	9	R\$ 160.563,32
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL	2017	12	R\$ 1.170.766,24
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS	2016	1	R\$ 992.872,82
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS	2016	2	R\$ 1.025.910,94
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS	2016	3	R\$ 857.780,53
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS	2016	4	R\$ 597.409,10
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS	2016	5	R\$ 901.421,01
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS	2016	6	R\$ 852.503,40
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS	2016	7	R\$ 822.846,91
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS	2016	8	R\$ 1.201.996,80
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS	2016	9	R\$ 1.268.545,76
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS	2016	11	R\$ 324.123,22
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS	2017	1	R\$ 637.909,35
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS	2017	2	R\$ 1.888.723,07
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS	2017	3	R\$ 1.127.119,24
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS	2017	4	R\$ 1.298.304,90



Centro Nacional de Inteligência - Justiça  
Federal

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS	2017	5	R\$ 1.886.513,73
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS	2017	6	R\$ 1.326.450,40
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS	2017	7	R\$ 1.154.662,81
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS	2017	8	R\$ 973.318,41
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS	2017	9	R\$ 1.409.719,73
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS	2017	12	R\$ 2.789.635,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO	2016	1	R\$ 244.358,87
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO	2016	2	R\$ 114.496,40
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO	2016	3	R\$ 359.013,70
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO	2016	4	R\$ 479.943,55
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO	2016	5	R\$ 385.344,86
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO	2016	6	R\$ 399.144,99
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO	2016	8	R\$ 765.190,09
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO	2016	9	R\$ 491.026,60
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO	2016	10	R\$ 469.221,21
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO	2016	11	R\$ 268.391,13
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO	2017	1	R\$ 940.833,07
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO	2017	2	R\$ 370.671,94
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO	2017	3	R\$ 385.152,06
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO	2017	4	R\$ 557.914,66
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO	2017	5	R\$ 287.094,61
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO	2017	6	R\$ 694.587,74
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO	2017	7	R\$ 514.502,46
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO	2017	8	R\$ 538.011,37
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO	2017	9	R\$ 323.406,98
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO	2017	12	R\$ 1.173.035,40
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA	2016	3	R\$ 519.870,39
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA	2016	4	R\$ 63.200,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA	2016	5	R\$ 27.750,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA	2016	6	R\$ 595.122,53
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA	2016	7	R\$ 53.906,43
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA	2016	8	R\$ 403.652,66
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA	2016	9	R\$ 342.414,16
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA	2016	10	R\$ 92.459,43
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA	2017	2	R\$ 953.087,97
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA	2017	3	R\$ 404.309,52



Centro Nacional de Inteligência - Justiça  
Federal

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA	2017	4	R\$ 6.144,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA	2017	5	R\$ 391.681,94
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA	2017	6	R\$ 38.970,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA	2017	7	R\$ 297.684,40
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA	2017	8	R\$ 122.452,53
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA	2017	9	R\$ 37.477,73
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA	2017	10	R\$ 210.455,31
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA	2017	12	R\$ 29.378,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA	2016	1	R\$ 28.898,53
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA	2016	3	R\$ 25.676,10
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA	2016	4	R\$ 12.900,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA	2016	5	R\$ 8.500,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA	2016	6	R\$ 12.000,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA	2016	7	R\$ 14.300,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA	2016	8	R\$ 22.600,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA	2016	9	R\$ 12.100,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA	2016	10	R\$ 17.220,22
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA	2016	11	R\$ 3.200,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA	2017	1	R\$ 16.198,53
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA	2017	2	R\$ 18.800,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA	2017	3	R\$ 16.000,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA	2017	4	R\$ 12.380,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA	2017	5	R\$ 4.800,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA	2017	6	R\$ 12.700,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA	2017	7	R\$ 25.520,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA	2017	8	R\$ 22.750,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA	2017	10	R\$ 3.697,06
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA	2017	12	R\$ 35.483,99
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA	2016	2	R\$ 457.627,30
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA	2016	3	R\$ 759.556,21
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA	2016	4	R\$ 698.433,79
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA	2016	5	R\$ 665.793,39
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA	2016	6	R\$ 708.817,03
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA	2016	7	R\$ 797.742,29
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA	2016	8	R\$ 750.664,70
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA	2016	9	R\$ 801.786,65



Centro Nacional de Inteligência - Justiça  
Federal

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA	2016	10	R\$ 893.344,08
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA	2016	11	R\$ 870.639,68
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA	2016	12	R\$ 1.775.911,68
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA	2017	2	R\$ 559.177,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA	2017	3	R\$ 745.894,25
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA	2017	4	R\$ 1.281.190,97
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA	2017	5	R\$ 745.065,63
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA	2017	6	R\$ 1.188.991,86
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA	2017	7	R\$ 952.603,66
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA	2017	8	R\$ 1.414.068,43
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA	2017	9	R\$ 1.144.947,29
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA	2017	10	R\$ 280.017,95
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO	2016	1	R\$ 378.890,78
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO	2016	2	R\$ 1.886.634,72
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO	2016	3	R\$ 2.807.304,03
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO	2016	4	R\$ 2.493.041,72
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO	2016	5	R\$ 2.254.784,55
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO	2016	6	R\$ 2.508.500,96
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO	2016	7	R\$ 2.762.927,16
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO	2016	8	R\$ 2.247.963,04
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO	2016	9	R\$ 2.869.082,96
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO	2016	10	R\$ 2.529.331,85
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO	2016	11	R\$ 2.489.399,43
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO	2016	12	R\$ 2.989.139,13
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO	2017	2	R\$ 3.231.497,79
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO	2017	3	R\$ 2.788.555,83
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO	2017	4	R\$ 3.351.378,13
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO	2017	5	R\$ 2.060.945,74
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO	2017	6	R\$ 3.586.706,57
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO	2017	7	R\$ 3.280.130,24
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO	2017	8	R\$ 3.094.739,96
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO	2017	9	R\$ 3.498.314,38
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO	2017	10	R\$ 615.033,10
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO	2017	12	R\$ 5.738.981,84
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE	2016	1	R\$ 24.118,13
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE	2016	2	R\$ 280.474,73



Centro Nacional de Inteligência - Justiça  
Federal

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE	2016	3	R\$ 110.284,11
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE	2016	5	R\$ 156.021,96
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE	2016	6	R\$ 146.567,93
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE	2016	7	R\$ 120.555,68
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE	2016	8	R\$ 128.473,44
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE	2016	9	R\$ 211.079,44
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE	2016	10	R\$ 174.465,46
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE	2016	11	R\$ 159.657,30
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE	2017	1	R\$ 196.458,72
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE	2017	2	R\$ 133.566,78
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE	2017	3	R\$ 254.203,44
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE	2017	4	R\$ 172.403,70
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE	2017	5	R\$ 133.961,86
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE	2017	6	R\$ 208.737,51
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE	2017	7	R\$ 228.544,12
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE	2017	8	R\$ 154.556,77
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE	2017	12	R\$ 376.409,13
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS	2016	2	R\$ 111.148,60
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS	2016	3	R\$ 24.035,53
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS	2016	4	R\$ 282.524,33
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS	2016	5	R\$ 4.648,53
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS	2016	6	R\$ 292.562,37
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS	2016	7	R\$ 58.494,44
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS	2016	8	R\$ 73.998,69
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS	2016	9	R\$ 40.406,13
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS	2016	11	R\$ 41.265,46
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS	2016	12	R\$ 600,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS	2017	1	R\$ 213.896,15
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS	2017	2	R\$ 4.100,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS	2017	3	R\$ 174.867,05
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS	2017	4	R\$ 21.770,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS	2017	5	R\$ 121.215,86
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS	2017	6	R\$ 114.235,52
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS	2017	7	R\$ 91.350,73
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS	2017	8	R\$ 186.302,06
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS	2017	9	R\$ 16.600,00



Centro Nacional de Inteligência - Justiça  
Federal

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS	2017	10	R\$ 14.500,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS	2017	11	R\$ 782,88
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS	2017	12	R\$ 217.900,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE	2016	1	R\$ 200,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE	2016	3	R\$ 21.821,70
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE	2016	4	R\$ 142.108,51
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE	2016	5	R\$ 38.339,58
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE	2016	6	R\$ 156.216,04
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE	2016	7	R\$ 800,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE	2016	8	R\$ 235.583,94
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE	2016	9	R\$ 32.669,05
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE	2016	10	R\$ 102.319,59
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE	2016	11	R\$ 3.669,60
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE	2016	12	R\$ 5.718,13
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE	2017	3	R\$ 60.800,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE	2017	4	R\$ 35.415,19
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE	2017	5	R\$ 212.218,34
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE	2017	6	R\$ 10.283,33
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE	2017	7	R\$ 215.372,50
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE	2017	8	R\$ 68.793,23
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE	2017	9	R\$ 153.012,53
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE	2017	10	R\$ 4.752,65
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE	2017	11	R\$ 6.531,86
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE	2017	12	R\$ 174.183,09
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPA	2016	1	R\$ 68.545,23
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPA	2016	2	R\$ 23.673,96
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPA	2016	3	R\$ 14.038,92
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPA	2016	4	R\$ 28.475,16
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPA	2016	5	R\$ 29.902,29
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPA	2016	6	R\$ 31.850,11
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPA	2016	7	R\$ 30.101,97
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPA	2016	8	R\$ 17.381,49
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPA	2016	9	R\$ 30.262,90
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPA	2016	10	R\$ 30.836,25
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPA	2016	12	R\$ 25.719,29
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPA	2017	3	R\$ 57.662,47



Centro Nacional de Inteligência - Justiça  
Federal

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPA	2017	4	R\$ 46.709,77
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPA	2017	5	R\$ 38.832,37
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPA	2017	6	R\$ 27.597,63
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPA	2017	7	R\$ 98.159,03
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPA	2017	8	R\$ 49.867,71
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPA	2017	9	R\$ 33.758,01
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPA	2017	12	R\$ 102.308,85
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS	2016	1	R\$ 51.901,32
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS	2016	2	R\$ 20.600,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS	2016	3	R\$ 24.008,80
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS	2016	4	R\$ 39.179,20
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS	2016	5	R\$ 26.550,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS	2016	6	R\$ 18.428,10
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS	2016	7	R\$ 27.121,24
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS	2016	8	R\$ 54.863,17
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS	2016	9	R\$ 55.826,80
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS	2016	12	R\$ 1.950,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS	2017	1	R\$ 152.912,73
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS	2017	2	R\$ 10.267,59
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS	2017	3	R\$ 51.819,99
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS	2017	4	R\$ 24.080,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS	2017	5	R\$ 45.357,95
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS	2017	6	R\$ 84.131,17
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS	2017	7	R\$ 60.095,58
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS	2017	8	R\$ 120.501,46
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS	2017	9	R\$ 5.600,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS	2017	12	R\$ 135.381,94
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ	2016	1	R\$ 89.846,96
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ	2016	2	R\$ 970.898,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ	2016	4	R\$ 1.042.077,53
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ	2016	5	R\$ 583.355,35
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ	2016	6	R\$ 553.543,42
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ	2016	7	R\$ 758.834,70
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ	2016	8	R\$ 596.990,91
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ	2016	9	R\$ 690.358,78
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ	2016	10	R\$ 439.903,38



Centro Nacional de Inteligência - Justiça  
Federal

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ	2016	11	R\$ 254.097,06
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ	2017	2	R\$ 1.468.622,53
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ	2017	3	R\$ 1.497.085,38
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ	2017	4	R\$ 801.161,77
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ	2017	5	R\$ 955.176,11
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ	2017	7	R\$ 1.490.834,95
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ	2017	8	R\$ 837.661,76
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ	2017	9	R\$ 512.157,01
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ	2017	12	R\$ 1.778.673,04
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	2016	1	R\$ 75.988,61
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	2016	2	R\$ 118.347,75
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	2016	3	R\$ 179.598,82
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	2016	4	R\$ 135.298,61
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	2016	5	R\$ 215.952,29
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	2016	6	R\$ 185.573,99
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	2016	7	R\$ 263.609,68
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	2016	8	R\$ 138.907,10
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	2016	9	R\$ 208.063,96
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	2016	10	R\$ 300.578,98
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	2016	11	R\$ 28.306,24
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	2016	12	R\$ 125.605,68
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	2017	2	R\$ 233.517,31
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	2017	3	R\$ 134.127,08
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	2017	4	R\$ 249.799,92
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	2017	5	R\$ 144.136,81
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	2017	6	R\$ 249.982,86
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	2017	7	R\$ 174.622,94
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	2017	8	R\$ 168.426,11
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	2017	9	R\$ 251.942,43
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	2017	10	R\$ 156.611,69
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	2017	12	R\$ 660.012,12
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	2016	2	R\$ 167.408,54
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	2016	3	R\$ 153.902,70
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	2016	4	R\$ 163.431,30
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	2016	5	R\$ 152.029,60
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	2016	6	R\$ 157.639,72



Centro Nacional de Inteligência - Justiça  
Federal

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	2016	7	R\$ 178.361,98
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	2016	8	R\$ 114.797,92
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	2016	9	R\$ 207.729,28
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	2016	10	R\$ 202.835,71
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	2016	11	R\$ 282.869,34
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	2016	12	R\$ 218.210,88
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	2017	2	R\$ 176.363,85
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	2017	3	R\$ 197.758,81
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	2017	4	R\$ 175.110,06
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	2017	5	R\$ 248.282,17
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	2017	6	R\$ 184.911,96
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	2017	7	R\$ 270.208,80
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	2017	8	R\$ 219.594,14
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	2017	9	R\$ 290.805,64
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	2017	10	R\$ 130.492,19
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	2017	12	R\$ 629.120,64
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO	2016	2	R\$ 55.510,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO	2016	3	R\$ 902.568,20
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO	2016	4	R\$ 373.380,86
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO	2016	5	R\$ 197.245,59
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO	2016	6	R\$ 432.782,65
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO	2016	7	R\$ 370.630,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO	2016	8	R\$ 531.940,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO	2016	9	R\$ 278.860,78
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO	2016	10	R\$ 49.680,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO	2016	11	R\$ 76.266,30
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO	2016	12	R\$ 2.066,93
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO	2017	1	R\$ 80.955,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO	2017	2	R\$ 1.403.565,60
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO	2017	3	R\$ 203.670,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO	2017	4	R\$ 251.020,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO	2017	5	R\$ 384.318,40
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO	2017	6	R\$ 201.340,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO	2017	7	R\$ 419.530,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO	2017	8	R\$ 540.393,25
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO	2017	9	R\$ 181.470,00



Centro Nacional de Inteligência - Justiça  
Federal

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO	2017	12	R\$ 683.161,79
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ	2016	1	R\$ 381.101,96
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ	2016	3	R\$ 292.302,63
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ	2016	4	R\$ 160.495,46
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ	2016	5	R\$ 249.876,74
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ	2016	6	R\$ 239.792,73
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ	2016	8	R\$ 303.745,99
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ	2016	9	R\$ 611.191,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ	2016	10	R\$ 89.596,06
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ	2016	12	R\$ 17.036,40
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ	2017	2	R\$ 1.114.168,98
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ	2017	3	R\$ 376.106,29
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ	2017	5	R\$ 440.377,86
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ	2017	6	R\$ 189.542,30
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ	2017	7	R\$ 497.819,38
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ	2017	8	R\$ 191.432,35
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ	2017	9	R\$ 358.797,21
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ	2017	12	R\$ 726.936,25
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ	2016	2	R\$ 1.069.220,50
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ	2016	3	R\$ 826.266,77
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ	2016	4	R\$ 761.623,14
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ	2016	5	R\$ 792.494,71
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ	2016	6	R\$ 755.394,77
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ	2016	7	R\$ 934.720,30
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ	2016	8	R\$ 737.742,96
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ	2016	9	R\$ 894.011,01
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ	2016	10	R\$ 1.027.813,37
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ	2016	11	R\$ 822.962,34
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ	2016	12	R\$ 2.176.850,71
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ	2017	2	R\$ 650.277,45
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ	2017	3	R\$ 885.571,35
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ	2017	4	R\$ 1.040.935,37
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ	2017	5	R\$ 796.668,81
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ	2017	6	R\$ 1.385.637,75
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ	2017	7	R\$ 1.052.710,51
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ	2017	8	R\$ 1.186.859,42



Centro Nacional de Inteligência - Justiça  
Federal

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ	2017	9	R\$ 1.389.845,62
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ	2017	10	R\$ 329.478,24
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ	2016	2	R\$ 619.983,40
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ	2016	3	R\$ 273.443,43
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ	2016	4	R\$ 203.756,03
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ	2016	5	R\$ 98.530,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ	2016	6	R\$ 246.855,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ	2016	7	R\$ 385.320,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ	2016	8	R\$ 385.030,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ	2016	9	R\$ 263.796,66
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ	2016	10	R\$ 469,60
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ	2016	11	R\$ 44.730,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ	2017	2	R\$ 323.945,86
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ	2017	3	R\$ 675.741,28
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ	2017	4	R\$ 251.805,59
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ	2017	6	R\$ 185.288,24
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ	2017	7	R\$ 700.202,65
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ	2017	8	R\$ 274.750,25
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ	2017	9	R\$ 248.350,39
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ	2017	12	R\$ 513.500,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	2016	1	R\$ 759.661,62
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	2016	2	R\$ 32.750,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	2016	3	R\$ 1.011.395,54
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	2016	4	R\$ 434.649,10
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	2016	5	R\$ 407.818,50
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	2016	6	R\$ 244.314,58
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	2016	7	R\$ 489.215,08
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	2016	8	R\$ 500.477,19
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	2016	9	R\$ 484.011,11
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	2016	10	R\$ 751.520,93
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	2016	11	R\$ 487.204,06
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	2016	12	R\$ 943.797,69
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	2017	1	R\$ 171.878,31
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	2017	2	R\$ 536.832,96
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	2017	3	R\$ 725.729,24
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	2017	4	R\$ 533.786,30



Centro Nacional de Inteligência - Justiça  
Federal

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	2017	5	R\$ 518.070,70
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	2017	6	R\$ 752.147,60
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	2017	7	R\$ 862.832,60
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	2017	8	R\$ 696.921,64
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	2017	9	R\$ 715.734,62
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	2017	10	R\$ 73.455,58
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	2017	12	R\$ 2.711.288,38
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE	2016	1	R\$ 278.066,39
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE	2016	2	R\$ 331.279,90
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE	2016	3	R\$ 342.683,53
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE	2016	4	R\$ 315.664,58
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE	2016	5	R\$ 317.116,61
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE	2016	6	R\$ 336.209,80
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE	2016	7	R\$ 399.562,55
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE	2016	8	R\$ 422.724,55
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE	2016	9	R\$ 375.544,12
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE	2016	11	R\$ 107.172,06
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE	2017	1	R\$ 1.032.260,77
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE	2017	2	R\$ 417.920,08
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE	2017	3	R\$ 386.445,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE	2017	4	R\$ 540.264,88
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE	2017	5	R\$ 366.835,59
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE	2017	6	R\$ 546.336,66
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE	2017	7	R\$ 225.480,33
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE	2017	8	R\$ 382.582,36
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE	2017	9	R\$ 310.295,59
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE	2017	12	R\$ 920.883,72
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	2016	1	R\$ 1.039.644,31
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	2016	2	R\$ 1.012.329,34
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	2016	3	R\$ 1.398.286,42
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	2016	4	R\$ 1.529.660,82
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	2016	5	R\$ 1.307.742,48
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	2016	6	R\$ 1.425.087,07
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	2016	7	R\$ 1.544.958,48
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	2016	8	R\$ 1.689.086,36
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	2016	9	R\$ 1.899.584,27



Centro Nacional de Inteligência - Justiça  
Federal

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	2016	10	R\$ 1.719.656,28
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	2016	11	R\$ 1.705.216,57
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	2016	12	R\$ 3.243.672,74
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	2017	1	R\$ 400,00
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	2017	2	R\$ 1.386.462,34
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	2017	3	R\$ 1.210.602,68
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	2017	4	R\$ 2.347.381,40
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	2017	5	R\$ 1.714.767,06
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	2017	6	R\$ 2.577.662,70
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	2017	7	R\$ 2.245.138,56
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	2017	8	R\$ 2.029.099,46
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	2017	9	R\$ 2.462.306,17
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	2017	10	R\$ 485.752,50